

RELAÇÕES ENTRE O TRABALHO “INFORMAL” E O TRABALHO ASSALARIADO EM ANGOLA

Daniel de Oliveira Cunha¹

Resenha do livro: RODRIGUES, Cristina Udelsmann. *O trabalho dignifica o homem: estratégias de sobrevivência em Luanda*. Lisboa: Colibri, 2006, 284 p.

Afirma-se com frequência que o petróleo é a maior fonte de riqueza entre os angolanos, seguida à distância pelos diamantes. Mas é também lugar comum asseverar que a renda petroléira tem beneficiado, há quatro décadas, apenas uma camada da população nacional, qual seja, a elite política residente nos bairros nobres de Luanda. Cabe então a seguinte pergunta: como é que pôde sobreviver a grande maioria dos angolanos, assolados por décadas de guerra civil e por um ainda incipiente processo de reconstrução nacional? Uma resposta satisfatória pode ser oferecida por meio de uma consistente investigação de campo sobre as estratégias de sobrevivência subjacentes à “economia informal” angolana. E foi este o desiderato do pioneiro e importantíssimo livro da antropóloga Cristina Udelsmann Rodrigues, “*O trabalho dignifica o homem: estratégias de sobrevivência em Luanda*”, publicado em Lisboa em junho de 2006. A autora, nascida na capital de Angola, é atualmente investigadora do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Cabe então, após a leitura dessa obra, além algumas outras poucas que tratam do tema, pôr em questão se não seria o “mercado informal” a maior fonte de riqueza entre os angolanos em geral, ao invés do binômio petróleo/diamantes, e o que tem realmente garantido a sobrevivência de toda a população, desde o momento da independência nacional.

O livro combina temas da antropologia econômica e da antropologia urbana, e mantém-se em torno da questão da introdução e das adaptações engendradas pelo trabalho assalariado no continente africano, e em particular na capital e cidade mais populosa de Angola, com seus atuais seis milhões de habitantes. Assim, entre as palavras-chave teóricas explícitas que perpassam o livro, estão: adaptação, articulação, intersecção, recomposição, inovação, flexibilização, hibridismo ou híbridez, sincretismo, mutação, mestiçagem cultural, sínteses originais e intermédias, soluções de compromisso, hiper-relativismo cultural, entre outras. Esses mecanismos ocorrem

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela USP. Pesquisador do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU). E-mail: oliveiracunha@hotmail.com

em relação às dicotomias quase nunca rigidamente opostas, mas quase sempre complementares e/ou ambíguas, e que criam dimensões mistas, entre: ruralidade/ruralidade urbana/urbanidade; sociabilidades tradicionais, regionais, aldeãs, clânicas/individualização, atomização, homogeneização; economias de subsistência/economias de mercado; lógica da produção material/lógica da reprodução social; concorrência/redistribuição comunitária; redes de setor informal/trabalho assalariado; redes de segurança formais/solidariedades familiares; contratualização formal/clientelismo. Todas estas relações estão bem introduzidas no segundo capítulo do livro (especificamente no item 2.1, “Notas sobre a transformação e mudança em África”), que é o núcleo teórico do trabalho. Neste sentido, a autora sintetiza mais adiante: “De uma maneira geral, valores e práticas modernas e tradicionais são articulados e influenciam-se mutuamente, fazendo surgir novas formas híbridas e mistas de viver e pensar o cotidiano urbano” (p. 121).

O item 2.2 do mesmo segundo capítulo (“Transformação social e econômica em Luanda”), que já é uma leitura teórica aplicada ao caso específico de Luanda, retoma a discussão metodológica (sobre as implicações do *case method*) e o recorte espacial reunidos no breve primeiro capítulo, para descrever as dinâmicas históricas da formação da área urbana estudada. Partindo de uma leitura baseada na geografia urbana e no urbanismo, Cristina dá continuidade ao desdobramento daquelas dimensões econômicas que geram interpenetrações, entre as quais: centro urbano/área periurbana (*musseques*); casas definitivas/semidefinitivas/*cubatas* (casas tradicionais de pau-a-pique) (segundo Ramiro Ladeiro Monteiro, ainda no período colonial); cidade branca/áreas mestiças/cidade negra; cidade baixa/cidade alta e *musseques* (segundo Ruy Duarte de Carvalho); zona moderna/zona de transição e periferia/cintura verde (segundo o urbanista Luís Filipe Nery Colaço).

A autora recorda a expressão de Ruy Duarte de Carvalho, de que tem havido, ao longo de mais de três décadas de guerra – o número de deslocados de guerra situa-se acima dos três milhões – e de macrocefalia urbana, uma “mussequização de toda a cidade”, o que vem agravando muitos dos problemas anteriormente existentes, tais como a incapacidade de recolha dos resíduos sólidos e a insuficiência das infraestruturas de fornecimento e distribuição de água e eletricidade, médicas, escolares e de transporte. A tendência à macrocefalia, no entanto, já era visível durante o *boom* do café do período colonial (de 1945 a 1960), quando aumentou o êxodo rural de africanos que fugiam do trabalho contratado no interior do território. Entre 1961 e 1975, é a economia da guerra e a industrialização incipiente que atraem os migrantes, tanto da metrópole quanto do interior da colônia. Depois disso, o fator principal da migração interna é o colapso da economia rural, que, aliás, ainda perdura. Vale ainda assinalar que, nos anos oitenta, houve ainda um importante movimento de regresso das populações que ha-

viam fugido para o Zaire e para Brazzaville no início da guerra colonial, em 1961, mas que, ao invés de se restabelecerem nas províncias do norte do país (Uíge e Zaire), dirigiram-se para Luanda.²

A combinação entre a presença de migrantes internos pouco qualificados para a “economia de mercado” e o nível ainda incipiente de desenvolvimento econômico-social do país é que vai configurar as características da economia “informal”, concentrada em atividades no comércio e serviços, e particularmente no *comércio a retalho* – isto é, a venda direta de produtos ao consumidor final, em quantidades relativamente pequenas –, já que este exige menor capital inicial e proporciona custos de oportunidade menos elevados. Em um país onde a taxa média de desemprego formal tem sido em torno de 45%, evidencia-se a importância do setor “informal” para a sobrevivência da maior parte da população, mesmo aquela que consegue se inserir nas relações contratuais formais de trabalho, no entanto insuficientes, em termos de rendimentos fixos (salários) para o sustento individual, familiar e comunitário. A autora, no entanto, é crítica com relação ao uso de indicadores estatísticos “clássicos” para o estudo de casos africanos, entre os quais os pares emprego/desemprego: “A própria noção de desemprego é de difícil definição com precisão nas cidades da África Negra e nesse ponto as estatísticas são notoriamente falíveis” (p. 93).

Ainda em relação à economia informal, a autora identifica na literatura disponível uma diferenciação importante entre “economia informal clássica”, que existe há mais tempo e que engloba a pesca, o artesanato, a carpintaria, a mecânica automóvel, entre outras atividades, e o “setor informal de sobrevivência”, mais ligado ao comércio, à indústria alimentar, aos transportes e à prestação de serviços. Há outras classificações alternativas para o conceito de informalidade, tais como “economia não oficial” urbana e rural, “atividades não registradas” e até mesmo “atividades ilegais”, segundo outros autores.

No terceiro capítulo, “Trabalho assalariado”, são retomados alguns argumentos do capítulo anterior. No entanto, parte-se doravante especificamente da literatura teórica sobre o trabalho assalariado, desde as discussões clássicas sobre o assunto na economia política, na sociologia e na antropologia econômica (de Adam Smith, Émile Durkheim, Jean Copans, entre outros), a trabalhos dedicados exclusivamente a contextos africanos. São, assim, novamente questionadas as possíveis oposições entre o tradicional e o moderno, entre o econômico e o extra-econômico, entre o mercado e o não mercado. A autora novamente defende a existência de uma implicação mútua (e não de um antagonismo) entre os pólos daquelas dicotomias: “os desempenhos e as racionalidades presentes encontram-se imbricados tanto nos desempenhos

² É principalmente por este motivo que o Palanca, o maior e um dos mais novos musseques da cidade hoje em dia, é habitado, em sua maioria, por bakongos e por outras populações oriundas da faixa de fronteira ao norte.

como nas racionalidades exteriores ao assalariamento. Ao nível das práticas, o trabalhador africano articula a actividade assalariada e o salário através dela obtido com as actividades não assalariadas” (p. 143).

Todavia, embora o setor informal seja uma estratégia de sobrevivência fundamental na maioria dos chamados Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs, conforme a terminologia do Sistema ONU), onde praticamente não há redes de segurança social (seguro desemprego, sistema de previdência) e onde os salários formais, mesmo no setor público, são baixos, a “ideologia do assalariamento” possui uma eficácia simbólica que implica prestígio social e, assim sendo, ela também integra as estratégias dos chefes de família africanos. Embora bastante escasso ainda, há uma tendência, esperada pelo senso comum, de que o trabalho assalariado venha a ser uma oportunidade de sustento mais largamente acessível, pois corresponde às expectativas de regularidade dos rendimentos, de acesso de regalias fixas e de acesso a rendimentos complementares, esta última sendo o canal usual de ligação com os setores informais. Em Luanda, atualmente, são as empresas privadas do setor informal as que mais absorvem o conjunto de assalariados, com mais da metade, ou seja, mais que as empresas do setor formal, as empresas públicas e a administração pública juntas.

No quarto e último capítulo do livro, “Estratégias de famílias”, a autora retoma questões apresentadas anteriormente no livro, sobre as relações entre “estratégias de sobrevivência” e de reprodução (reprodução social, conforme o quadro teórico de Pierre Bourdieu), de um lado, e, de outro, a família alargada (em termos não residenciais), com suas redes de solidariedade, como unidade fundamental e flexível das mesmas estratégias. Pode-se notar, a partir daí, por exemplo, a manutenção e a persistência do casamento de tipo tradicional, que permite o alargamento de redes de solidariedade, enquanto o casamento de tipo civil não é ainda a prática corrente, justamente por não trazer vantagens em termos de sobrevivência e reprodução das famílias. Também é abordada, embora muito sucintamente, a diferença entre solidariedades horizontais (como as de classe), e as verticais, como aquelas inerentes aos clãs, às famílias extensas e às inúmeras igrejas existentes em Luanda.

Cumprir fazer uma rápida observação não especificamente ao valioso livro de Cristina Udelsmann Rodrigues (ela é, aliás, sempre muito cuidadosa e concessiva com o uso dos conceitos mais problemáticos), mas aos textos em geral sobre as camadas econômicas e políticas denominadas “informais”. Deve-se perguntar aos próprios africanos se concordam com o adjetivo “informal”, já que este não é apenas o setor mais relevante de suas atividades econômicas na atualidade, senão o que subordina o que entenderíamos como o setor “formal”. Não estariam envolvidas nas já mencionadas relações sociais de trabalho outras espécies de “formalidade”? De modo análogo, está em voga hoje em dia falar-se em “política informal”, graças

aos igualmente importantes trabalhos de Patrick Chabal e, mais indiretamente, dos autores francófonos que formam o grupo *politique par le bas*.³ Deve-se questionar se o “mercado político” africano não é primeiramente baseado nessa aparente “informalidade”, como nas relações tipicamente africanas de “clientelismo” e mesmo nas longas cerimônias de casamento, não raro casamentos de aliança (*alambamentos*) e nas igualmente extensas cerimônias fúnebres (*kombas*), que aliás perpassam todas as camadas sociais angolanas e não deixam de estar em relação de permanente tensão com o ordenamento jurídico “positivo”, e que carregam em si uma relevante “economia das trocas simbólicas”.

A nosso ver, faltou no livro de Cristina Udelsmann Rodrigues uma leitura mais detida sobre as articulações entre as estratégias de sobrevivência no meio urbano e no meio rural, que, aparentemente em ruínas, manteve uma dinâmica de resistência ao longo da guerra, e parece estar passando por um silencioso reflorescimento. Uma vez em Luanda, em um momento em que a cidade era considerada como a mais cara do mundo⁴ (um sanduíche custava em torno de US\$ 15, mais que o dobro do preço a um em Tóquio, a segunda mais cara do mundo), perguntamos a um habitante local, o antropólogo Virgílio Coelho, qual era a proveniência dos alimentos vendidos pelas populares e numerosas *kitandeiras* e *zungueiras* que rodavam pelas ruas de toda a cidade, com seus pesados cestos à cabeça. Respondeu-me que cada variedade provinha de alguma região do país, próxima ou distante da capital, formando uma rede de circulação rápida de bens alimentícios a preços baixos para o grosso da população urbana, o que faz também vislumbrar as já mencionadas famílias alargadas de um modo ainda mais amplo geograficamente. Há pouca literatura disponível nas estantes das melhores livrarias de Angola e de Portugal sobre este mundo relativamente à parte que é a agricultura tradicional angolana remanescente, e quase nada à disposição sobre as relações entre esta e a economia informal nas grandes cidades angolanas. Identificamos, porém, pesquisadores ligados à área de ciências agrônômicas que têm dado uma importante contribuição investigativa neste sentido, entre os quais alguns veteranos do Instituto Superior de Agronomia, de Lisboa,⁵ e os jovens pesquisadores da Associação para o Desenvolvimento Rural de Angola (ADRA), instituição coordenada pelo sociólogo angolano Fernando Pacheco.

³ Sobre a controversa noção de *informalization of politics*, cf. CHABAL, Patrick; DALOZ, Jean-Pascal. *Africa Works: disorder as political instrument*. Bloomington: Indiana University Press, 1999.

⁴ Cf. a revista portuguesa *Sábado*, n° 381, 18-24 de agosto de 2011. Matéria de capa: “Luanda, a vida de luxo na cidade mais cara do mundo”.

⁵ Cf. PRIMO, Henrique; CABRAL, Carlos; BAPTISTA, Fernando. Angola. A Lei de Terras da formulação à aplicação. MOREIRA, Ilídio (Org.). *Angola: agricultura, recursos naturais, desenvolvimento rural*. I Volume. Lisboa: ISA Press, 2006, p. 421-434.